

Catálogo de obras raras: análise das perspectivas bibliográfica e bibliológica

Cataloging of rare works: analysis of bibliographical and bibliological perspectives

Admeire da Silva Santos Sundström

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista-UNESP, Marília. Mestra em Ciência da Informação pela mesma instituição (2015). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2010).

admeire@hotmail.com

Hugo Oliveira Pinto e Silva

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Consutor Técnico Legislativo em Biblioteconomia da Câmara Municipal de São Paulo.

hugoopes@gmail.com

RESUMO: A catalogação é uma atividade corriqueira no trabalho do bibliotecário. Alguns recursos informacionais necessitam de uma descrição bibliográfica mais exaustiva e completa para possibilitar a recuperação dos mesmos pelos usuários por meio do catálogo. Destacam-se nesse contexto as obras raras, que possuem características distintas dos livros modernos. Diante disso, buscou-se compreender como ocorre o processo de catalogação de obras raras no contexto das bibliotecas e quais instrumentos e metodologias são utilizados a partir da análise dos aspectos bibliográfico e bibliológico.

PALAVRAS-CHAVE: Livro raro. Catalogação de obras raras. Descrição bibliográfica. Análise bibliográfica. Análise bibliológica.

ABSTRACT: Cataloging is a common activity in the librarian's work. Some information resources need a more complete and complete bibliographic description to enable the retrieval of the same by the users through the catalog. Outstanding in this context are rare works, which have distinct characteristics from modern books. In this context, we sought to understand how the cataloging process of rare works occurs in the context of libraries, and which tools and methodologies are used based on bibliographical and bibliological aspects.

KEYWORDS: Rare book. Cataloging of rare works. Bibliographic description. Bibliographic analysis. Bibliological analysis.

1 Introdução

O homem desenvolveu a capacidade de elaborar registros documentais para preservar as suas ações, possibilitando que as mesmas possam ser transmitidas para outras gerações e recuperadas por pessoas interessadas. O aumento da quantidade de registros documentais, na sua variedade de tipologias e suportes, tem permitido que diversas instituições repensem as suas práticas com o intuito de acessar e utilizar as informações contidas nos mesmos.

Nesse contexto, diversas instituições como as bibliotecas, arquivos, museus e sistemas de recuperação da informação (SRIs) têm desenvolvido serviços e produtos que proporcionam o acesso a esses registros, por meio de informações que representam os registros existentes, as suas características e onde eles podem ser localizados. Alguns exemplos são os catálogos, as bibliografias, os índices e as bases de dados bibliográficas.

Dias e Naves (2013) explicam que as bibliotecas são constituídas por dois subsistemas: o de entrada e o de saída. As atividades relacionadas ao tratamento da informação se localizam no primeiro subsistema e possuem a função de descrever os aspectos físicos e de conteúdo dos documentos com a finalidade de elaborar representações dos mesmos, seja por meio do registro bibliográfico e/ou de referências bibliográficas.

Na visão de Spedalieri (2007), o tratamento da informação é constituído por processos que permitem a extração de dados necessários para representar e recuperar os documentos através dos registros bibliográficos. Esses dados estão relacionados com a forma do recurso, em seu sentido amplo, e com os elementos que descrevem o seu conteúdo. Por meio dos processos de catalogação, de análise temática e de controle de autoridades os registros bibliográficos são elaborados.

O tratamento da informação é constituído por diversas atividades conforme o contexto no qual é praticado. Essas atividades são a representação descritiva, a classificação, a catalogação de assunto, a indexação, a elaboração de resumos e a aplicação dos metadados e das ontologias. Para o desenvolvimento dessas atividades, as bibliotecas utilizam instrumentos de trabalho que são desenvolvidos por instituições externas, como observado por Dias e Naves (2013, p. 6-7):

[...] Instrumentos importantes nesse trabalho, como os códigos de catalogação, os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assunto, os

tesauros e as normas de documentação, raramente são elaboradas no próprio âmbito dessas instituições. Pelo menos não como parte das funções clássicas neles existentes. Ao contrário, são geralmente desenvolvidas e mantidas por organismos ou instituições muitas vezes criadas especialmente com essa finalidade [...].

Na concepção de Dias e Naves (2013) o tratamento da informação contempla: a descrição física e temática dos documentos em uma biblioteca; o desenvolvimento de instrumentos que serão utilizados nas descrições dos documentos; e a concepção/implementação de estruturas físicas ou base de dados destinadas ao armazenamento do documento e de suas representações.

Dentre os registros documentais localizados em acervos de bibliotecas, esta pesquisa dará foco às obras raras. Falar sobre elas consiste em abordar e indicar fatores que evidenciam a individualidade de cada obra, ou de um grupo específico de livros. Os estudos existentes indiciam diversos relatos de experiência em campos distintos de preocupação, seja de ordem teóricas e/ou práticas, que envolvem acervo raro ou especial.

Entende-se que lidar com livro raro é lidar com livros que possuem peculiaridades e sabe-se que esses necessitam de uma análise diferenciada para sua identificação e tratamento adequado, seja em uma instituição ou no contexto particular da produção do próprio livro.

Desse modo, procurou-se compreender a importância do tratamento da informação no contexto das obras raras com os seguintes questionamentos: como ocorre a catalogação de obras raras nas bibliotecas? Quais são os instrumentos utilizados para a realização do tratamento descritivo da informação? Quais as metodologias utilizadas para a descrição bibliográfica de obras raras?

Para isso, será apresentado, em um primeiro momento, o conceito de catalogação; seguido de explanação sobre as perspectivas existentes de catalogação de obras raras: bibliográfica e bibliológica; e finalizando com a apresentação das contribuições desses estudos para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema no Brasil.

2 A representação documental: contribuições da catalogação

O conceito de catalogação, ao longo do tempo, passou por inúmeras modificações. Da prática de organizar catálogos em forma de livros ou de fichas, por meio da descrição dos aspectos formais e de conteúdo do acervo físico de uma determinada biblioteca; até o estudo da elaboração e a organização de mensagens,

a partir de documentos físicos e/ou digitais, presentes ou não, em uma coleção de uma ou várias bibliotecas, por meio de instrumentos que permitem um processo comunicativo com os usuários (BAPTISTA, 2007; FERRAZ, 1991; MEY, SILVEIRA, 2009).

Essas mensagens são veiculadas por meio do registro bibliográfico, que consiste na transcrição da informação de qualquer documento, seja físico ou digital, presente ou não no acervo de uma biblioteca. O registro bibliográfico possui como objetivos o fornecimento da informação necessária para descrever as características físicas e as de cunho intelectual do documento e a facilitação do acesso ao mesmo, pelo usuário.

A catalogação apresenta as seguintes características, conforme Mey e Silveira (2010): integridade (consiste na fidelidade e honestidade da representação do registro do conhecimento), clareza (a mensagem presente nos registros bibliográficos deve ser compreensível aos usuários), precisão (cada um das informações só pode representar um único conceito), lógica (as informações presentes no registro bibliográfico devem ser organizadas de modo lógico), e consistência (a mesma solução tem que ser usada para informações semelhantes).

Para Chong-de La Cruz (2014) a catalogação permite: identificar os elementos ou características que distinguem um documento de outro com características similares; descrever os dados dos documentos que possam ser representados de forma simples e segura visando uma representação exclusiva de cada material; transcrever os dados bibliográficos conforme padrões internacionais para serem representados nos vários catálogos encontrados nas bibliotecas, bem como determinar os pontos de acesso pelos quais é possível recuperar os elementos do registro bibliográfico.

A catalogação contribui para a elaboração do registro bibliográfico por meio das seguintes atividades, conforme observados por Mey (1987) e Spedalieri (2007):

- a descrição bibliográfica, que ocorre por meio da descrição de um conjunto de dados, os aspectos formais do documento, que são utilizados para identificar e individualizar o documento. O uso de códigos de catalogação e de normas e de padrões de descrição bibliográfica garante a uniformidade, a consistência e o intercâmbio da informação bibliográfica;
- a determinação dos pontos de acesso ao documento, atividade que está relacionada ao usuário, devendo adaptar-se ao mesmo, visa o agrupamento dos documentos a partir de um ponto de vista único, sendo os mais comuns por

meio do autor, título e assuntos. Esse ponto de vista único é determinado através de uma forma autorizada para cada elemento usado como ponto de acesso no catálogo. Ele deve ser padronizado e mostrar as outras formas variantes do mesmo nome ou conceito por meio de referências. Isso permite a localização de grupos de recursos;

- a determinação dos dados de localização do documento, que está relacionada com políticas específicas de cada biblioteca.

Os recursos bibliográficos apresentam características que estão relacionadas ao seu suporte e segundo as alterações que possam ocorrer ao longo do tempo da sua publicação. Essas características interferem na elaboração do registro bibliográfico, pois possibilitam informações adicionais que possam ser inseridas no mesmo visando uma maior compreensão pelo usuário do recurso que está sendo representado. Além disso, elas possibilitam o estabelecimento de relações entre os registros nos catálogos.

Spedalieri (2007) apresenta um esquema dos recursos bibliográficos conforme o seu padrão de publicação. Nele os recursos bibliográficos dividem-se em dois grupos. Um grupo compreende os recursos finitos, que são recursos que são publicados de uma vez ou durante um período, mas com uma conclusão determinada. Eles são subdivididos em monografias e recursos integrados finitos. O outro grupo abrange os recursos contínuos, que são recursos que se publicam ao longo do tempo sem uma conclusão pré determinada. Eles são subdivididos em publicações seriadas e os recursos integrados.

Cada tipo de recurso en este esquema presenta una forma particular de cambio, las necesidades de reflejar esos cambios y la forma de hacerlo también varían para cada tipo de recurso, por lo que los registros para recursos en cada patrón de publicación pueden contener datos diferentes. Al crear un registro, debe determinarse en primeiro lugar a qué tipo de patrón de publicación corresponde, para poder aplicar las reglas de descripción adecuadas (SPEDALIERI, 2007, p.65)

A utilização de normas bibliográficas possibilita o intercâmbio da informação bibliográfica, a melhora na qualidade dos registros bibliográficos, assegurando a consistência e a recuperação da informação, e promove o uso mais eficiente dos recursos, por meio do trabalho cooperativo e do aproveitamento dos registros produzidos.

Dentre essas normas destacam-se aquelas destinadas à descrição bibliográfica e à determinação dos dados de autoridade, mais especificadamente de autores e título, tais como as normas de descrição bibliográfica e os códigos de catalogação,

seja de aplicação nacional ou de âmbito internacional.

Os catálogos são os intermediários entre os usuários e as coleções das bibliotecas. Portanto, são canais de comunicação que permitem identificar e recuperar os registros bibliográficos que contêm a informação de que necessitam os usuários. Esses registros são as representações dos documentos que estão localizados nos acervos das bibliotecas e/ou que possam ser acessados de maneira remota.

Na visão de Spedalieri (2007) as tipologias de catálogos diferenciam-se conforme o seu suporte físico e suas funções na recuperação da informação. No caso dos bibliotecários eles utilizam o catálogo visando o controle patrimonial, o conhecimento da maneira com o acervo está organizado e para o controle da autoridade de assuntos, títulos, autores e demais elementos que forem necessários.

De maneira geral, os catálogos devem permitir que os usuários localizem, identifiquem, selecionem e adquiram os recursos bibliográficos que atendam suas necessidades informacionais. Além disso, devem possibilitar que o usuário navegue nesses ambientes informacionais, por meio de um arranjo lógico dos dados bibliográficos, de autoridade e de apresentação das relações entre as informações presentes nos registros bibliográficos (MEY, SILVEIRA, 2009; SPEDALIERI, 2007).

3 A catalogação de obras raras

Em âmbito internacional, Chong-de la Cruz (2014), destaca o Programa Memória do Mundo da UNESCO, criado em 1992. Ele tem a finalidade de avaliar o patrimônio documental visando a sua preservação e disponibilização para as gerações atuais e futuras. Parte desse patrimônio documental está localizada em bibliotecas, arquivos e museus e os seus acervos constituem parte primordial da memória, que devem ser preservados, visto que refletem a diversidade de povos, línguas e culturas.

De acordo com Chong-de la Cruz (2014) o Programa Memória do Mundo possui os seguintes objetivos: assegurar a preservação do patrimônio documental com significação mundial; promover a preservação do patrimônio documental nacional e regional, e que o patrimônio documental esteja acessível aos usuários por meio da tecnologia mais apropriada. Diante disso, aos acervos que contêm livros raros são trabalhados por meio das seguintes perspectivas: a recuperação histórica, bibliográfica e catalográfica.

La recuperación histórica se centra en el interés que despierta el libro en función de su mayor o menor antigüedad desde su impresión, y a la curiosidad científica hacia su forma de producción, ahora ya caída en desuso. La bibliográfica implica una labor de investigación encaminada a la búsqueda de obras raras o poco corrientes, que suponen además un interesante descubrimiento literario o científico. La catalográfica es imprescindible para unir de una forma más amplia la descripción y la posibilidad de recoger el material dentro de las bibliotecas. Esta última se enfrenta inicialmente con el problema de la elaboración de los catálogos, ya que la naturaleza del libro antiguo lleva claramente criterios muy diferentes de tratamiento catalográfico a los utilizados para los libros modernos (CHONG-DE LA CRUZ, 2014, p. 89-90).

Cunha (1987) esclarece que o interesse pelo estudo das obras raras teve início na década de 1989 por meio das pesquisas sobre o período da Renascença e do Humanismo, nos países Europeus. Essas pesquisas possibilitaram que as instituições que possuíam grandes coleções bibliográficas se voltassem para a preservação e o acesso desses recursos, principalmente os que foram publicados durante os séculos XVI ao XIX. Diante disso, a autora apresenta as ações desenvolvidas pelas bibliotecas nacionais mostrando como elas modernizaram os seus métodos de trabalho e inseriram os seus acervos em um contexto maior.

No momento em que se iniciou o tratamento das obras raras foram evidenciados alguns problemas, como a dispersão dos fundos antigos em diversas bibliotecas e a insuficiência da catalogação desses acervos, pois havia dificuldades no estabelecimento de regras de catalogação descritiva, pois se usava regras muito genéricas ou muito específicas (CUNHA, 1987). Outro obstáculo identificado foi a diversidade de programas automatizados que dificultavam a compatibilização entre os sistemas. Atualmente, com o desenvolvimento da tecnologia e dos formatos de intercâmbio bibliográfico, houve uma padronização dos padrões existentes o que facilitou a convergência desses sistemas, possibilitando a minimização desse problema.

Pinheiro (1990), ao estudar o contexto brasileiro, relata que há uma valorização maior das obras raras em pesquisas associadas à cultura em geral do que na perspectiva da Biblioteconomia. A autora apresenta uma série de problemas relacionados a isso e dentre eles destaca-se a formação deficitária do Bibliotecário na área da história do livro, que abrange seus aspectos estilísticos e os impactos dos livros no Ocidente, especialmente no contexto econômico, social e cultural.

Além disso, acrescenta que a instituição ou órgão no qual o Bibliotecário atua pode proporcionar barreiras ao desenvolvimento da pesquisa dessa área no

país, pois:

[...] procedimentos adequados à natureza e ao interesse particular de cada órgão são de difícil adaptação por terceiros. Essa dificuldade, acarretada principalmente pelo desinteresse das autoridades, pelo custo dos serviços e pela inexistência de metodologia de cunho geral, acaba por determinar uma ausência de perspectiva de conclusão dessas iniciativas, uma indefinição de objetivos e o desconhecimento do usuário desse serviço [...] (PINHEIRO, 1990, p. 47)

Para modificar esse cenário, Pinheiro (1990) apresenta uma proposta que é dividida em três direcionamentos: do Patrimônio Histórico, do Empreendimento e do Bibliotecário de Obras Raras. No que tange à catalogação de obras raras, ela destaca a necessidade de estabelecer e de padronizar as técnicas de tratamento observando a realidade brasileira e a análise de uma determinada obra rara deve ser pautada pelos aspectos bibliográfico e bibliológico.

A catalogação de obras raras requer detalhes de descrição mais específicos para identificar características singulares e inerentes desses documentos, assim, o registro bibliográfico desse tipo de documento é mais exaustivo. Esse fato ocorre porque esses documentos apresentam informações importantes do seu processo de fabricação, do contexto histórico, social e político no qual foram produzidos, e podem conter informações intrínsecas e extrínsecas que os individualizam e que possibilitam compreender as diversas maneiras nas quais foram utilizados.

Essas informações podem ser localizadas por meio dos catálogos que possuem dupla função, uma como instrumento de pesquisa e outra como fontes de bibliografia geral e especializada, pois permitem o estudo dessas obras sem a necessidade de acessar os documentos fisicamente (HERRERO PASCUAL, 1996; GONZÁLEZ CASTRILLO, 1999).

3.1 O aspecto bibliográfico na catalogação de obras raras

As contribuições mais relevantes para a compreensão do catálogo, de suas funções, no desenvolvimento de normas e padrões para a descrição bibliográfica e a determinação e redação dos pontos de acesso ocorreram durante os séculos XIX, XX e XXI. A colaboração de profissionais, pesquisadores e instituições possibilitaram o desenvolvimento de teorias, princípios, metodologias e instrumentos de trabalho para uma compreensão melhor do registro bibliográfico, do catálogo e de suas funções.

Por meio das pesquisas de Fiuza (1987), Ferraz (1991), Spedalieri (2007) e Mey e Silveira (2009), os principais pesquisadores e profissionais que possibilitaram isso foram Antonio Panizzi, Charles Jewett, Charles Ammi Cutter, Seymour Lubetzky, Michael Gorman e Paul W. Winkler. No caso das instituições destacam-se: a American Library Association (ALA), a Library of Congress, a Canadian Library Association, a Library Association (Inglaterra) e a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA).

Ao estudar as diversas maneiras e perspectivas de determinar os critérios de raridade para a definição de obras raras, Sant'Ana (2001) apresenta as seguintes normas e manuais de catalogação para esse tipo de documento: as Anglo-American Cataloging Rules (conhecidas como AACR2), a International Standard Book Description for Older Monographic Publications (Antiquarian), conhecida como ISBD(A), e mais recentemente a Descriptive Cataloging of Rare Books, também chamado de DCRB(B).

O AACR2 é considerado o código de catalogação que consolida os esforços feitos por instituições anglo-saxônicas. Ele contém um conjunto de princípios uniformes para a descrição bibliográfica, a determinação de pontos de acesso e a criação de catálogos. A primeira edição desse código foi publicada em 1967 e teve como base os Princípios de Paris e os estudos de Seymour Lubetzky. A segunda edição foi publicada em 1978, após a Reunião Internacional de Pesquisadores em Catalogação, ocorrida em 1969, da qual teve a origem a International Standard Bibliographic Description (ISBD). O código passou por várias modificações e atualizações no seu conteúdo visando contemplar as mudanças nos recursos informacionais até então existentes e de novos, que surgiram após a publicação da segunda edição. Em 2002 foi publicada a segunda edição revista do código contemplando essas mudanças (CHONG-DE LA CRUZ, 2014).

Fernandez Rojo (2013) e Chong-de la Cruz (2014) ressaltam que o AACR2 considera obras raras aquelas publicadas antes de 1801 e que as regras contidas no código de catalogação foram projetadas para a elaboração de catálogos de bibliotecas gerais e são voltadas para a descrição dos livros modernos. Por fim, recomenda que as instituições com fundos especiais utilizem o AACR2 como base para a sua catalogação e estendam as instruções quando necessário.

Chong-de la Cruz (2014) complementa que o código não apresenta um capítulo específico para a descrição de livros raros. As principais partes que fazem menção a isso são: o item 2.12, que apresenta as regras adicionais para a descrição

de livros, folhetos e folhas soltas arcaicas, e o capítulo 4, que trata da descrição de materiais manuscritos para todos os tipos de documentos. A autora ainda ressalta que a riqueza descritiva dos livros raros é relacionada na área de notas, o que leva à adoção, automaticamente, do segundo nível de descrição, podendo chegar ao terceiro nível.

Outros problemas relacionados, direta e indiretamente, às AACR2 são apresentados por Chong-de la Cruz (2014):

- O controle de autoridade do ponto de acesso principal nas obras raras é mais rigoroso devido a forma como os nomes dos autores foram redigidos ao longo dos séculos, na página de rosto dos livros. Isso fica mais evidente em relação aos nomes latinos, pois os mesmos devem ser transcritos e traduzidos para o idioma da agência catalogadora;
- Ausência de áreas para representar os dados descritivos, da estrutura formal e material do livro raro o que leva à utilização da área de notas. Isso torna essa área mais rica e de maior interesse para o usuário de livro antigo. No entanto, muitas dessas informações não são inseridas devido ao desconhecimento do catalogador do material que está tratando;
- A interpretação e descrição limitada das regras contidas no capítulo 4 e no item 2.12;
- As relações que são estabelecidas entre o AACR2 e o ISBD(A) podem por em risco a integridade do registro de alta qualidade, quando a agência de catalogação não possui profissionais que conheçam e apliquem as regras corretamente;
- O entendimento entre a obra (livro raro) e o item (estrutura material e formal do mesmo), bem como o princípio da historicidade que acompanha o livro antigo;
- O desenvolvimento de uma linguagem de marcação cujo esquema esteja desenhado para o livro raro.

A ISBD surgiu a partir dos estudos apresentados na Reunião Internacional de Pesquisadores em Catalogação, organizada pela IFLA em 1969. O evento teve como propósito estabelecer normalização na forma e no conteúdo da descrição bibliográfica. A primeira versão da norma foi publicada em 1971 e se destinava às publicações monográficas, sendo mais conhecida com ISBD(M). Esse documento padroniza as informações contidas na descrição bibliográfica por meio da sistematização da ordem das informações e da pontuação utilizada antes de cada informação, visando o seu reconhecimento pelo computador (CHONG-DE LA CRUZ, 2014; MEY; SILVEIRA, 2009; SPEDALIERI, 2007).

Para a descrição bibliográfica dos livros raros foi publicado, em 1980, a ISBD(A) sendo seus princípios fundamentais os mesmos da ISBD(M). Sua segunda edição é de 1987 e foram atualizados os aspectos que contemplam os escritos e linguagens não latinas.

A ISBD(A) permite a descrição de livros raros produzidos durante os séculos XVI ao XVIII. Esse tratamento é divergente ao tratamento dado aos livros modernos, pois deve levar em consideração as características especiais derivadas do seu processo de fabricação artesanal e o valor histórico do documento. Nesse sentido, apresenta diferenças na descrição de algumas áreas, como a de título e indicação de responsabilidade, a de imprensa e a de descrição física (GONZÁLEZ CASTRILLO, 1990).

A edição mais recente da norma foi publicada em 1991. Sendo destacadas as seguintes características, na visão de Fernandez Rojo (2013): maior ênfase descritiva nas áreas de título e indicação de responsabilidade, de publicação, impressão ou distribuição e de descrição física, pois são as áreas que mostram uma maior relação com os livros raros; a norma não estabelece uma data limite para diferenciar o período de publicação dos livros raros dos livros modernos, mas menciona que, por volta de 1820 na Europa, ocorre a transição nos modos de produção. A norma recomenda o uso do bom senso e seguir o espírito da regra em situações muito problemáticas.

[...] La ISBD(A) está programada para publicaciones de los siglos XVI a XVIII y es conocido que la estructura de los libros en estos siglos cambia desde su origen y primera configuración hasta su generalización como impreso moderno vehículo de información, cercano a la concepción actual. Los libros del siglo XVI están más cerca de los manuscritos e incunables, y es en este siglo cuando inician su evolución al formato moderno. Los libros del XVIII están más cerca de los impresos modernos que los del XVI. (HERRERO PASCUAL, p.13)

Herrero Pascual (1996) destaca que a descrição do livro raro baseia-se na observação minuciosa do mesmo e que a fonte principal de informação para a realização da descrição bibliográfica é a página de rosto, e no caso dela não existir é utilizada a publicação como um todo. As informações que não forem retiradas da fonte principal de informação, dependendo da área que está sendo descrita, devem ser inseridas entre colchetes. A pesquisadora apresenta também as vantagens da utilização da norma:

En la transcripción de la portada se presenta el dilema de respetar la puntuación de ésta, actitud defendida por muchos bibliógrafos y estudiosos del libro, o utilizar la puntuación prescrita por la ISBD. Se ha optado por esta última solución pues se ha dado prioridad a la normalización catatográfica, lo cual no merina la inteligibilidad de los datos por parte del usuario, ya que la ISBD(A) permite suprimir la puntuación prescrita en los casos que sea necesario para una clara interpretación de los datos de la publicación. Además, la normalización facilita el intercambio de información, porque, al producir catálogos

automatizados, amplía enormemente las posibilidades de recuperación y difusión de los fondos, sobre todo si se compara con las funciones que hasta ahora han dado los catálogos manuales (HERRERO PASCUAL, p.13);

As principais características de algumas áreas presentes na ISBD(A) são apresentadas por Chong-de la Cruz (2014), González Castrillo (1990) e Herrero Pascual (1996):

- Área de título e indicação de responsabilidade: são as informações que apresentam os maiores problemas no contexto dos livros raros. O nome do autor, muitas vezes é parte integrante do título o que impossibilita a sua separação no momento da catalogação. O título pode ser abreviado quando o mesmo for extenso, mas a omissão deve ser sinalizada. Deve-se transcrever as palavras como elas aparecem, mas o uso de maiúsculas, minúsculas e da pontuação original é mais flexível;
- Área de edição: deve ser transcrita da forma que aparece na publicação;
- Área de publicação, impressão ou distribuição: as fontes de informação para a sua descrição são a página de rosto, o colofão e outras preliminares; deve-se conservar as preposições e todas as palavras ou frases que acompanham o nome do lugar de publicação e as que acompanham o nome do editor e transcrever o lugar de publicação na forma ortográfica e gramatical em que aparecem, mas inserir, entre colchetes, a denominação moderna, após o nome antigo;
- Área de descrição física: expressar as dimensões da publicação em quantidade de páginas, folhas ou colunas. Em relação às folhas em branco elas devem ser contadas expressando-as conforme adotado na obra e inserir essa informação entre colchetes;
- Área de notas: é utilizada para precisar ou amplificar a descrição do documento com informações que não estão contempladas nas outras áreas e que são importantes para a identificação da obra, alguns exemplos: nota de encadernado “com” e “em” (quando há duas ou mais obras independentes em um só volume), notas relativas ao exemplar (informações presentes, somente, no exemplar que está sendo descrito) e notas de referências bibliográficas (repertórios, catálogos ou outros tipos de publicações onde aparece citada a obra que está sendo descrita). A ordem das notas deve ser a mesma que as das áreas anteriores. A fonte principal de informação para esta área é a publicação em si ou qualquer outra fonte externa a ela;
- Área de identidade tipográfica (Fingerprint): esta área é opcional e é igual ao número normalizado presente nos livros modernos. Ele é usado para identificar duplicatas com variantes na impressão, pois podem ser cópias pertencentes a diferentes problemas ou estados da mesma edição e para diferenciar unidades bibliográficas com a mesma capa, mas com textos diferentes devido a falsificações ou edições.

A DCRB apresenta os objetivos e os princípios que buscam articular o propósito e a natureza das regras de catalogação especializadas de livros raros. O conteúdo da norma está baseado na tradição anglo americana de catalogação e convergente com os trabalhos teóricos publicados recentemente (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2015).

Sant'Ana (2001) trata da versão da DCRB(B) publicada em 1991. Ela é a segunda edição revista do *Bibliographic Description of Rare Books*, editado pela Library of Congress em 1981 para servir de norma de catalogação de suas obras raras, em complementação ao AACR2. A norma é acompanhada pela *Examples to Accompany Descriptive Cataloging of Rare Books* e foi publicada pelo Bibliographic Standards Committee of the Rare Books and Manuscripts Section da ACRL/ALA em Chicago, em 1993.

Fernandez Rojo (2013) explica que a DCRB é baseada na ISBD(A) e no AACR2 e as diretrizes de catalogação presentes na norma são complementares às utilizadas no código de catalogação e ressalta que a norma não pode ser utilizada isoladamente. As regras contidas na norma

describen con mayor detalle y exactitud elementos de la obra, que requieren de información adicional como métodos de encuadernación, marcas de posesión, tipos de papel, anotaciones marginales, paginación descriptiva, entre otras (FERNANDEZ ROJO, 2013, p. 20).

Os objetivos da DCRB(B) estão relacionados em satisfazer as funções dos usuários de encontrar, identificar, selecionar e obter a informação ou o recurso informacional desejado. Os usuários de livros raros possuem necessidades informacionais diferentes e atendê-las requer regras de catalogação distintas das utilizadas para a catalogação dos livros modernos.

São quatro os objetivos que a norma busca alcançar: os usuários devem ser capazes de distinguir claramente entre diferentes manifestações de uma expressão ou trabalho; os usuários poderão realizar a maioria das tarefas de identificação e seleção, independentemente do acesso direto ao material; os usuários poderão investigar o histórico de processos físicos, de pós-produção e do contexto no qual o livro foi publicado, exemplificado nos materiais descritos, e os usuários poderão acessar documentos cujas características de produção e apresentação diferem das convenções modernas (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2015).

Os usuários de livros raros necessitam de registros bibliográficos mais completos e fidedignos. A descrição bibliográfica tem que gerar uma representação detalhada e mais precisa. Geralmente as informações das áreas de título e indicação de responsabilidade, publicação, descrição física e notas são mais descritivas e elas

são úteis para a identificação precisa do livro e dos aspectos intelectuais envolvidos na sua produção.

Para alcançar estes objetivos a norma se baseia em seis princípios: as regras fornecerão orientações para descrições que permitem aos usuários distinguir claramente entre diferentes manifestações de uma expressão ou trabalho; as regras fornecerão representações precisas da entidade conforme se descreve, especialmente através de instruções sobre transcrições, transposições e omissões; as regras fornecerão orientação para a inclusão de manifestações específicas e por item, informações que permitem aos usuários investigarem os processos físicos e o contexto histórico e de pós-produção; as regras preveem a inclusão de todos os elementos de importância bibliográfica; as regras estão em conformidade tanto quanto possível com a estrutura e a linguagem da última revisão da AACR2, o ISBD(A) servirá como ponto de referência secundário e as regras serão compatíveis com o DCRB(B), exceto nos casos em que sejam necessárias mudanças para se alinhar mais de perto com a revisão atual da AACR2 ou para se adequar aos princípios anteriores (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2015).

Fernandez Rojo (2013) apresenta três diferenças entre a DCRB(B) e o AACR2. Quanto à precisão da transcrição na DCRB(B) a transcrição é literal, sendo feita da maneira como aparece na página de rosto; já o processo de transcrição orientado pelo AACR2, permite, o uso de abreviaturas. Quanto às marcas de omissão, o DCRB(B) usa “...” para ignorar parte do texto referido; por outro lado o AACR2 permite a omissão do texto sem nenhum tipo de sinal. Em relação à complexidade na elaboração das notas, no DCRB(B) são obrigatórias as notas sobre a fonte de informação que foi utilizada para descrever o livro raro e a indicação de transposição; enquanto o AACR2 não especifica todos os aspectos pelos quais um determinado trabalho pode ser identificado.

3.2 O aspecto bibliológico na catalogação de obras raras

A análise bibliológica do livro apresenta-se como uma metodologia que proporcionará “[...] o conhecimento do livro raro sob o ponto de vista da sua materialidade”(RODRIGUES, CALHEIROS E COSTA, 2006, p.4). As autoras ainda afirmam que essa análise é um exame minucioso do livro.

Para trabalhar com essa metodologia são propostos dois fundamentos que devem ser respeitados antes da análise de uma determinada obra rara. São eles: conhecer a História da Editoração e da Produção do Livro Impresso, especificamente do livro raro, do século XV ao século XVIII e conhecer a História das Práticas de Leitura e do Coleccionismo dos Livros, desde o século XV, permitindo identificar as marcas extrínsecas da obra. A partir do segundo fundamento, subentende-se que é proposto uma análise do colecionismo do período a que o livro pertence, o que torna o trabalho uma arqueologia do livro. (RODRIGUES, CALHEIROS E COSTA, 2006)

Esse processo de busca pelo contexto histórico, que envolve a história do livro ou da coleção, proporciona ao bibliotecário o subsídio necessário para a identificação dos aspectos inerentes ao livro. Caso a biblioteca não conte com um setor específico para esse tratamento, esse processo pode apresentar dificuldades para execução, devido à presença de outras atividades existentes na unidade de informação. E com a chegada de uma nova coleção, que pertence a um diferente período, por exemplo, surgiria a necessidade de uma nova busca por conhecimentos históricos.

Os dois fundamentos são elaborados para auxiliar o desenvolvimento da descrição imagética dos livros raros. E as informações que são coletadas, oriundas da análise bibliológica, devem ser inseridas no campo “notas especiais do livro”.

Outra metodologia é a fotobibliografia que:

[...] constitui um recurso que tira do estágio “zero” aquelas coleções que não foram submetidas a qualquer tratamento biblioteconômico; cria condições de controle sobre acervos de memória que devem ser salvaguardados; e tem caráter permanente – seus dados e sua estrutura podem alicerçar ou incorporar-se a quaisquer outros métodos de descrição bibliográfica. (PINHEIRO, 2007, p. 13)

Essa metodologia, descrita pela autora, serve para a elaboração de inventário de acervo antigo e é fundamentada na técnica do bibliógrafo norte-americano Henry Stevens. A metodologia consiste, grosso modo, em coletar a informação da folha de rosto, que é a fonte para a descrição, e seguir os “[...] princípios que regem as tradições catalográficas, de alcance mundial, que refletem os critérios da exaustividade, no caso de coleções de valor [...]” (PINHEIRO, 2007, p. 14).

O procedimento dessa metodologia consiste em transcrever todas as informações, bem como as possíveis gravuras existentes na folha de rosto. São onze elementos que devem ser analisados no momento de descrição:

a) cópia, letra por letra [...] do texto impresso; b) transcrição de todos os sinais diacríticos; c) desenho de todos os signos tipográfico-bibliológicos; d) marcação das mudanças de linha, no texto da folha de rosto, por // (duas barras inclinadas); e) citação de ilustrações [...]; f) indicação de omissões [...]; g) destaque da cor do texto [...]; h) cópia dos trechos em línguas exóticas [...]; i) transcrição, no caso de obras segmentadas, da folha de rosto da primeira parte seguida, apenas, das diferenças de texto existentes na parte 2 e subsequentes em relação à primeira [...]; j) atenção às palavras que utilizam [...] as letras i e j e as letras u e v, que devem ser transcritas na forma em que aparecem; k) transcrição do s e do f carolíngios, como s e f, respectivamente [...]. (PINHEIRO, 2007, p. 15)

Dentre as vantagens pontuadas por Pinheiro (2007) está a simplicidade da metodologia, o que facilita a universalização da linguagem documental em relação ao tratamento de livros raros entre os curadores.

Em um novo estudo, Pinheiro (2012), apresenta a catalogação de livros raros, no qual a autora revisa a análise bibliológica, a metodologia proposta por Henry Stevens (1878) e os princípios bibliológicos fundamentais proposto por Otlet (1934). A autora também destaca a importância de se conhecer a “História do Livro e das Bibliotecas, da Edição, da Circulação de Impressos ao longo do tempo, e da Bibliologia” (PINHEIRO, 2012, p. 3).

A autora reconhece a limitação das normas de catalogação existentes e salienta que muitas informações presentes nas obras raras deverão aparecer na parte de notas. A autora coloca a terminologia colacionamento de livro raro como um sinônimo de análise bibliológica, que é: “o exame da organização material do item e o reconhecimento de seus elementos, para descrevê-lo como monumento, a partir de terminologia específica, amplamente dicionarizada e referenciada” (PINHEIRO, 2012, p. 4).

No quadro, a seguir, a autora apresenta os aspectos, que devem ser observados no colacionamento do livro raro:

Quadro 1: Aspectos a serem observados, no colacionamento do livro raro

1 Suporte	Natureza (papel, pergaminho, couros, tecidos); Linha e marca d'água; Variantes morfológicas (lado da carne/lado do pelo, cicatrizes e defeitos do pergaminho; Dimensões, textura, cor e espessura do papel).
2 Capa	Cobertura (material, decoração); Encadernação original, de época, em estilo, especiais, exóticas e artesanais; Lombada, cortes, seixas; Guarda, contraguarda, guarda volante; Complementos: garras, fechos, amarras, ornamentos.
3 Texto impresso	Mancha (título corrente, reclamo, assinatura); Arranjo (em colunas, sobreposto, em corandel, em fundo de lâmpada, em copo de médicis, em triângulo espanhol); Caracteres góticos, romanos, aldinos; Signos tipográfico-bibliológicos: parágrafos, posituras; Títulos; Disposição do texto nas páginas, folhas, colunas.
4 Ornamentação	Gravuras (água-forte, buril, xilogravura, litogravura); Aquarelas, iluminuras; Assinaturas e marcas dos artistas gravadas ou impressas; Elementos decorativos: vinhetas, cabeções, capitais; Marcas tipográficas e heráldicas.

5 Marcas intrínsecas e extrínsecas	Marcas de propriedade e posse (carimbo seco, carimbo molhado, ex libris, ex dono, super libris, marca de fogo, chancela); Defeitos, incompletudes (originais e posteriores); Anotações manuscritas (de época, atuais); Marcas de comércio e intervenções (selos de livreiros, etiquetas de encadernadores) e de preparo biblioteconômico.
6. Apresentação material e aspectos intelectuais	Natureza da obra; Documentos encartados (carcela), dobrados, desdobrados; Volumes unitários e coletivos; Marcas de interferências gráficas posteriores à edição.

Fonte: Pinheiro (2012, p. 6).

A partir da análise do quadro acima é perceptível que, ao trabalhar com obras raras, há uma necessidade de especificações na catalogação sobre a fabricação do livro. Além disso, a autora retoma novamente a importância da análise bibliológica como um complemento desse processo.

Ainda de acordo com Pinheiro (2012), a recomendação em torno de trabalho com notas é que estas devem apresentar as informações da pesquisa bibliográfica e da análise bibliológica e devem ser divididas em dois grupos.

[...] notas gerais, referentes à obra, e especificamente, às autoridades, ao conteúdo, às características da edição e às informações compiladas na pesquisa bibliográfica; e notas locais, referentes ao item em mãos e às informações coletadas durante a análise bibliológica. (PINHEIRO, 2012, p. 8)

Sendo assim, a autora defende a exaustividade no processo de descrição para que o ideal da catalogação, ou o mais próximo dele, seja atingido. Desse modo, a área de notas cumpre também o papel de preservar as informações referentes a obras raras.

O estudo de Chong-de La Cruz (2014) também compartilha a mesma visão que Pinheiro (2012). A autora ao lidar com a problemática de catalogação aplicada ao livro raro identifica alguns problemas. O primeiro deles é que a prática da catalogação é norteadada pelo AACR2, que se volta exclusivamente para livros e materiais modernos. Apesar do código de catalogação possuir diretrizes gerais para o a descrição de obras raras nos capítulos 2 e 4, a maioria das regras são voltadas para recursos informacionais produzidos a partir do século XIX, portanto não abrange as particularidades dos livros produzidos durante os séculos XV ao XVIII.

A segunda problemática é apresentada pela autora ao analisar a ISBD(M), pois entende que é necessário um processo de descrição minuciosa das obras raras, para então catalogá-las, assim Chong-de la Cruz (2014) pondera: “[...] éste se vincula con la ausencia de directrices que permitan la identificación y descripción que requieren los libros antiguos impresos.” (2014, p. 10-11).

A lo anterior se suman problemas vinculados con el asiento principal, la ausencia de áreas para representar los datos descriptivos de éstos en las rca2r, las relaciones que se establecen entre éstas y las isbd (a)2r, el entendimiento que hay entre la obra (libro antiguo) e ítem (con propiedades físicas particulares), así como un lenguaje de marcado diseñado ex profeso para el libro antiguo. (CHONG-DE LA CRUZ, 2014, p. 11).

Como visto até o momento, as autoras entram em consenso ao defender a necessidade de uma adequação para o processo de descrição e catalogação de livros raros. Ambas entendem que o livro raro possui elementos que devem ser descritos e que não estão presentes nas regras de catalogação dos instrumentos normativos mais utilizados pelos bibliotecários.

Chong-de la Cruz (2014) leva em consideração a realidade mexicana para estabelecer o que é livro raro, pois, antes de apresentar sua metodologia, a autora faz uma discussão sobre raridade bibliográfica e afirma que, para se saber o que é raro ou não é necessário estabelecer políticas que levem em consideração as perspectivas “[...] material, intelectual, y biblioteconómica –normativa e historicista [...]” (CHONG DE LA CRUZ, 2014, p. 19).

Em relação ao processo de descrição Chong-de la Cruz (2014) ressalta que é necessário ter conhecimento a fundo dos aspectos formal e material do livro raro antes da catalogação, e propõe um método detalhado que explora toda a exaustividade da obra.

No que se refere a estrutura material, a autora apresenta a estrutura do livro da seguinte maneira:

1. Soportes más frecuentes: Pergamino, papel, Huellas estructurales; 2. Estructura física: Formato, Cuaderno; 3. Construcción de la página: corondeles, Puntizones, Filigranas y contramarcas 4. Sistema gráfico: Escritura, Letra de imprenta, Marcas de identificación; 5. Sistemas iconográficos Capitales ornadas: Ilustraciones (Xilográficas, Calcográficas e Litográficas), Ornamentos tipográficos 6. Los procesos tipográficos Del componedor al tirador y bastidor; 7. Encuadernación Por siglo (CHONG DE LA CRUZ, 2014).

A seguir são apresentados os aspectos da estrutura formal dos livros raros discutidos pela autora.

Quadro 2: Estrutura formal del libro antiguo

1 Anteportada	Evolucion estética	Ilustraciones y tipografía
	Autor. Título	
	Pie de imprenta	{ Lugar de impresion; Nombre del impresor; Nombre del costeador; Fecha de impresion
	Dedicatoria (s)	
2 Portada y su evolucion	Dados legales	{ Privilegios; Licencias; Censsura; Tasa; Número e pilegos.
	Edicion	
	Otros elementos	{ Marca de impresion y de librero; Alusion a la correccion; Índice; citas.
3 Preliminares legares	{ Previlégio; Tasa; Aprobación; Licencias; Fe de erratas	
4 Preliminares literarios	{ Dedicatorias; Textos poéticos; Escritos em prosa; prólogo.	
5 Texto		
6 Protesta o protestación de fe		
7 Calofón		
8 Registro de pliego		
9 Erratas		
11 Ilustraciones		
12 Legislacion y censura		

Fonte: Chong (2014, p. 61) adaptação da figura 19.

Percebe-se que, em ambos os estudos, existe a preocupação em torno dos aspetos físicos do livro raro, principalmente quanto a sua estrutura material; e em torno dos aspectos históricos, do local e do seu contexto de produção do livro raro, pois interferem nos aspectos da sua estrutura formal.

4 Considerações

A catalogação é um processo importante no âmbito do tratamento da informação. Por meio da descrição bibliográfica, o bibliotecário elabora parte dos

registros bibliográficos dos recursos informacionais existentes. Esses registros podem ser disponibilizados nos catálogos das bibliotecas, que são mecanismos de comunicação entre os usuários, internos e externos, e os acervos presentes e/ou disponibilizados por essas instituições.

Dentre os recursos informacionais existentes destacamos as obras raras, que compreendem documentos que foram publicados, em sua maioria, até o final do século XVIII. Esses documentos apresentam características formais e materiais que os diferenciam dos livros modernos. Para atender tais singularidades, o bibliotecário ao elaborar o registro bibliográfico, deve levar em consideração os aspectos bibliográficos e bibliológicos das obras raras. Além de contemplar os princípios da catalogação, destacando-se o princípio da integridade.

Nesse sentido, o profissional deve avaliar as características dos principais códigos, normas e padrões de descrição bibliográfica que podem ser utilizados na catalogação de obras raras, de maneira isolada ou conjugada, balanceando os pontos positivos e negativos de cada um deles. Na perspectiva bibliológica, o bibliotecário tem que conhecer a história da editoração, da produção do livro impresso, das práticas de leitura e compreender as práticas de colecionismo para descrever o documento e elaborar notas bibliográficas mais completas.

Referências

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. Rare Books and Manuscripts Section. Bibliographic Standards Committee. Descriptive Cataloging of Rare Materials (Books). Traducción no oficial resumida de las DCRM(B): Catalogación descriptiva de materiales raros (libros) utilizada como documento de trabajo para la descripción de libros raros de la Biblioteca Arata realizada por Vanesa Berasa, Laura Martino, Silvia Svriz. Versión resumida. 2015. Disponível em: <<http://rbms.info/files/dcrm/translations/dcrmb-es.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BAPTISTA, Dulce. Catalogação: uma revolução em curso. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008. São Paulo, Anais...São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/789/7.pdf?sequence=1>>. Acesso em 27 ago. 2017.

CHONG-DE LA CRUZ, Isabel. Directrices para la descripción y catalogación del libro antiguo. México DF: UNAM, 2014, 324 p. Disponível em <http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/4412/I_Chong_Directrices_libro%20Ant_2015.pdf;sequence=1>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. A política do livro antigo no exterior e no brasil. BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 2, p. 95-103, 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000035/328922e452f3e715a5c470cc67bbd7d5>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins. Análise de assunto: teoria e prática. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2013. 115 p.

FÉRNANDEZ ROJO, Analia. Catalogación del libro antiguo: experiencia de la Biblioteca Nacional Mariano Moreno. IN: Encuentro Nacional de Catalogadores, IV, 2013. Anais... Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina, 2013. Disponível em <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/FernandezRojoA_Presentacion.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

FERRAZ, Iraneuda Maria Cardinali. Uso do catalogo de biblioteca: uma abordagem historica. Transinformação, Campinas, v.3, n.1/2/3, p. 90-114, jan./dez. 1991. Disponível em: <. Acesso em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1662/1633>>. Acesso em: 01 maio 2017.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica ate o advento das novas tecnologias. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002020/fdc76ab56956b3fc0cb8e0f5d369f226>>. Acesso em: 01 maio 2017.

GONZÁLEZ CASTRILLO, Ricardo. Principios de descripción bibliográfica de fondos antiguos. Documentos de Trabajo de la Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, n.00/05, 1999. Disponível em <<https://ciencia.urjc.es/bitstream/handle/10115/565/PRINDESCRFONDANT.pdf;jsessionid=A4C6F77D8C5965ECD7A266A4DD5F5F9E?sequence=1>>. Acesso: 16 mar. 2017.

HERRERO PASCUAL, Cristina. Metodología para un catálogo de libros del siglo XVI. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v.6, n.2, p.11-50, 1996. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/16759>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MEY, Eliane Serrão Alves. Da espiral do conhecimento à catalogação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 137-148, 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000008297/7c5e7078967d607397e4624dd597cc61>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. *Catalogação no Plural*. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2009. ix, 217p.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. InCID: *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309/45980>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PINHEIRO, Ana Virginia. A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, v.5, p. 45-50, jan./dez. 1990. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003576/4826a95f5dc523febad8c1a9387fae9f/>>. Acesso em: 28 maio 2017.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 2, out. 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109278012/Catalogacao-de-livros-raros-proposta-de-metodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusao-recuperacao-e-salvaguarda>>. Acesso em: 28 maio 2017.

PINHEIRO, Ana Virginia. Metodologia para inventário de acervo antigo. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2007, Rio de Janeiro, RJ. Anais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003. v. 123, p. 09-32. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/anais_123_2003.pdf>. Acesso em: 31

mar. 2017.

RODRIGUES, Alessandra Hermógenes; CALHEIROS, Mariana Fernandes; COSTA, Patrícia da Silva. Análise bibliográfica de livros raros: a preservação ao “pé da letra”. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2007, Rio de Janeiro, RJ. Anais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003. v. 123, p. 33-48. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/anais_123_2003.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

SANT’ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. ETD: Educação Temática Digital, v.2, n.3, p.1-18, 2001. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/buscar/documentos?query=Dismax.DOCUMENTAL_TODO=Rizio+Bruno+Sant%27Ana>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SPEDALIERI, Graciela. Catalogación de monografías impresas. Buenos Aires: Alfagrama, 2007. 350 p. (Biblioteca Alfagrama. Introducción a la bibliotecología).